



**QUEM MAIS
GASTA A
FAZER LOBBY
EM BRUXELAS**

Destaque Regular o 'lobby'

Governo cria registo obrigatório do 'lobby' sem incluir Parlamento

Transparência Decreto-lei que regulamenta o 'lobby' está pronto para ser aprovado em Conselho de Ministros. Nova lei só se aplica ao Governo e entidades públicas, deixando de fora os deputados.

Catarina Duarte
catarina.duarte@economico.pt

O Governo vai avançar com a criação de um Registo de Transparência para regulamentar o 'lobby' em Portugal. Este registo será obrigatório e quem falhar as regras fica sujeito a multas. A versão final do decreto-lei, a que o Diário Económico teve acesso, regula as relações entre os chamados grupos de pressão e as entidades públicas, mas deixa de fora os deputados da Assembleia da República.

O objectivo é tornar o poder público mais transparente, aumentar a confiança dos cidadãos nos decisores políticos e garantir que todos os interesses têm a mesma oportunidade de serem conhecidos e ponderados. "O XIX Governo Constitucional entende que devem ser adoptadas medidas eficazes de promoção de maior transparência e progressiva abertura na participação dos interessados nos processos decisórios estruturantes da administração directa do Estado, mediante o estabelecimento de regras claras que regulem a actividade das entidades e organizações que representam os interesses daqueles, estimulando a interacção entre todas as partes interessadas num quadro determinado e fiável", justifica o documento da autoria de Pedro Lomba, secretário de Estado-adjunto de Poiães Maduro.

Há vários meses que Pedro Lomba andava a reunir com especialistas - empresas de comunicação, académicos, advogados, peritos no fenómeno da corrupção e organizações - para encontrar uma forma de regulamentar a actividade lobista em Portugal, tal como o Económico avançou em Abril.

A poucas semanas do encerramento dos trabalhos parlamentares, o documento que o

CÓDIGO DE CONDUCTA

● Os lobistas reconhecem a importância de se relacionarem com as entidades públicas de modo "transparente, correcto e rigoroso".

● As entidades públicas reconhecem a importância dos grupos de pressão na tomada de decisões e políticas públicas.

● As entidades públicas incentivam o registo dos representantes de interesses no Registo de Transparência.

● Os lobistas comprometem-se a indicar sempre essa qualidade nos contactos que mantêm com as entidades públicas e decisores políticos.

● Os representantes de interesses devem declarar com rigor os clientes e interesses que representam em cada situação e os objectivos que pretendem alcançar.

● Os lobistas procurarão aderir a outros códigos de conduta que se apliquem à sua actividade.

● As empresas e outras instituições devem indicar publicamente um responsável pela área de relações institucionais públicas.

● O Executivo compromete-se a tornar públicas as agendas dos membros do Governo e a documentar publicamente as interações com os grupos de pressão relevantes para uma determinada decisão política.

Governo já tem em mãos, com data de 20 de Maio, não passará pelo crivo da Assembleia da República, seguindo logo depois da aprovação em Conselho de Ministros para promulgação pelo Presidente da República.

A nova lei visa regular as relações entre os grupos de pressão e as entidades públicas: "Governo, incluindo gabinetes dos respectivos membros, bem como órgãos e serviços da administração directa e indirecta do Estado". Mas deixa de fora o principal poder legislativo, os deputados da Assembleia da República. A justificação, apurou o Económico, é que este é apenas o primeiro passo de uma regulação que deverá ser cada vez mais exigente. O próprio documento refere que a legislação agora a aprovar "tem um carácter de progressividade".

'Lobby' à moda de Bruxelas

O modelo que o Executivo quer adoptar é semelhante ao praticado pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia (ver texto ao lado). Será criado um Registo de Transparência electrónico - da responsabilidade da Presidência do Conselho de Ministros -, onde os diversos grupos de pressão deverão acreditar-se, gratuitamente, e um Código de Conduta. Este registo está aberto aos diferentes "representantes de interesses legítimos", sejam agências de comunicação, consultoria ou 'public affairs', empresas e grupos empresariais, associações, sindicatos, organizações não governamentais, universidades ou 'think-tanks', entre outras que "actuem na representação de interesses". As agências de comunicação ou consultoria - que no fundo representam os interesses de outras empresas - terão de incluir no registo o nome dos seus três principais clientes

para os quais prestam este tipo de representação.

Benefícios e sanções

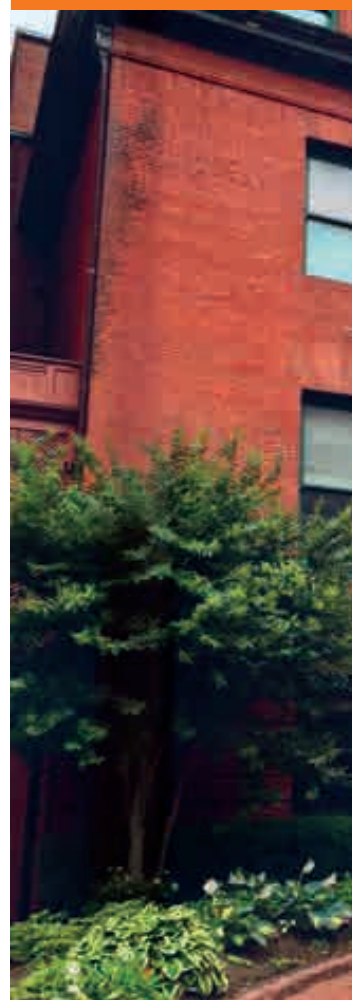
Este registo obrigatório trará benefícios a quem nele estiver inscrito. Mas também implica sanções se as suas regras não forem cumpridas. A primeira versão do decreto-lei não previa que o registo fosse obrigatório, mas Pedro Lomba terá decidido ir mais longe na versão final. As entidades acreditadas passam a ter prioridade no atendimento pelas entidades públicas e passam a ter um interlocutor designado para os receber. Passam também a ser informados automaticamente do lançamento de consultas públicas nas respectivas áreas de interesse.

Por outro lado, se incumprirem as regras, os lobistas ficam sujeitos a sanções que podem ir de multas à eliminação do registo e, conseqüente, perda dos seus benefícios, ou até mesmo a privação de quaisquer subsídios concedidos pelo Estado. E arriscam ir parar a uma espécie de "lista negra" dos lobistas. As sanções aplicam-se a quem for apanhado a fazer 'lobby' sem estar acreditado, a quem não tenha o registo actualizado ou viole o Código de Conduta.

O Governo deverá publicar anualmente um relatório com uma análise "quantitativa e qualitativa" do registo, incluindo o número de entidades acreditadas, os acessos, as actualizações e os problemas detectados na sua aplicação. O Executivo compromete-se ainda a tornar públicas as agendas dos membros do Governo e a "documentar publicamente as interações com representantes de interesses legítimos relevantes para uma determinada decisão ou política".

Contactado, o gabinete do secretário de Estado não quis fazer comentários. ■

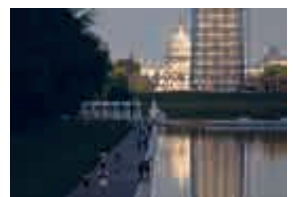
PORTUGAL RECORREU A



O 'LOBBY' NOUTROS PAÍSES

Washington

Na capital e centro político dos Estados Unidos existem mais de 50 mil organizações registadas para fazer 'lobby'. É a cidade que tem mais lobistas no mundo, onde a actividade é uma verdadeira indústria, que emprega mais de 120 mil pessoas. No 'ranking' das 50 maiores firmas destaca-se a Squire Patton Boggs.



7.500.000€

Yara S.A. (agricultura)

5.250.000€

Philip Morris (tabaco)

5.000.000€

ExxonMobile (petróleo)



Arquivo Económico

CONSULTORA INTERNACIONAL DE 'LOBBY' ANTES E DEPOIS DO RESGATE



Apesar da actividade do 'lobby' não estar regulada há anos que o próprio Governo recorre a este meio de pressão para fazer valer os seus interesses em determinados processos. Por exemplo, diz o estudo da Associação Cívica Transparência e Integridade, recorreu a consultoras internacionais de 'lobby' antes e depois do resgate para reforçar a sua credibilidade nos mercados financeiros internacionais. Recorreu ainda por ocasião da Expo 98 e da auto-determinação de Timor.

Como se faz em Bruxelas

Director-geral português está entre os preferidos dos lobistas.

Se Washington é a capital mundial do 'lobby' - com mais de 50 mil organizações registadas para fazer pressão junto do poder político - Bruxelas é a sua congénere europeia. Mas há diferenças na actividade dos grupos de pressão nos dois lados do Atlântico: uma das funções dos lobistas nos EUA é a angariação de fundos para campanhas eleitorais, o que não é permitido na Europa. E se em Bruxelas o objectivo destes grupos de pressão é influenciar o poder legislativo - seja o Parlamento, a Comissão ou o Conselho -, nos Estados Unidos, os lobistas também exercem pressão sobre o poder judicial.

Desde a década de 90 que o Parlamento Europeu tem mecanismos de regulamentação do 'lobby' que foram também progressivamente adoptados pela Comissão Europeia. Os grupos de pressão têm de estar inscritos num Registo de Transparência e ficam sujeitos a um código de conduta - as mesmas ferramentas que o Governo se propõe agora a criar em Portugal. Este registo contém informações sobre as organizações e as pessoas que exercem pressão sobre as políticas europeias, nomeadamente o tipo de actividade, os interesses que defendem e os recursos afectos à actividade. Só esta acreditação dá acesso aos corredores do poder comunitário.

De acordo com o Registo de Transparência, já são mais de 7.600 as organizações acreditadas nas instituições comunitárias com a missão de influenciar os núcleos de poder. Ou seja, qualquer coisa como dez lobistas por cada eurodeputado. Das entidades acreditadas, só cerca de 100 são portuguesas.

O presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, aprovou regras ainda mais apertadas para aumentar a transparência. Se, por um lado, as organizações de pressão têm agora de prestar informações adicionais sobre os dossiers de interesse, participações em comités ou fóruns e uma estimativa dos custos com a actividade de 'lobbying', por outro, as regras a que os comissários europeus estão obrigados no que

toca ao 'lobby' foram estendidas a outros altos cargos: os encontros só são permitidos com pessoas ou organizações acreditadas no Registo de Transparência e têm de ser divulgados publicamente.

Entre os cinco directores-gerais que os lobistas mais procuram está um português: Aguiar-Machado director-geral da Mobilidade e Transportes. Só este ano já reuniu com 46 grupos de pressão, desde a Rolls-Royce à Comunidade Intermunicipal da região de Leiria.

A mesma consulta à agenda de encontros de Carlos Moedas, mostra que o comissário português já recebeu empresas nacionais como a Sonae ou a Galp, mas também reuniu com multinacionais farmacêuticas, universidades portuguesas, confederações nacionais e até mesmo com a Fundação Bill & Melinda Gates duas vezes. ■ C.D.



Aguiar-Machado
Director-geral da Mobilidade e Transportes

Só este ano já reuniu com 46 grupos de pressão, desde a Rolls-Royce à Comunidade Intermunicipal da região de Leiria.



Carlos Moedas
Comissário europeu da Investigação, Ciência e Inovação

Já recebeu empresas nacionais como a Sonae ou a Galp, mas também multinacionais farmacêuticas e até com a Fundação Bill & Melinda Gates.

Alemanha

No país da chanceler Angela Merkel, os regulamentos do Parlamento alemão (Bundestag) obrigam a que seja divulgada anualmente uma lista de todos os grupos de interesse que querem defender os seus pontos de vista perante os deputados ou o Governo. Só pode circular nos locais do poder quem estiver registado.



Dinamarca e Suécia

Também na Dinamarca existe um reconhecimento de facto dos grupos de interesses, podendo estes ser recebidos pelas diversas comissões do Parlamento. Os lobistas devem estar cadastrados detalhadamente num registo próprio. Na Suécia, o 'lobbying' é reconhecido como fazendo parte do processo político.



Inglaterra

No Reino Unido, curiosamente, que arroga ser o pai do 'lobby', não há diplomas a regulá-lo: o 'lobby' existe por tradição. Os ingleses disputam a paternidade da palavra com os EUA. Dizem que nasceu da espera que alguns profissionais e defensores de interesses conhecidos faziam numa sala atrás da câmara dos comuns.





Destaque Regular o 'lobby'



Gonçalo Lagos, director de Public Affairs da Guesswhat, Joaquim Martins Lampreia, lobista e consultor, Luís Sousa, presidente da Transparência e Integridade, e António Correia de Campos, ex-eurodeputado, analisaram a questão do 'lobby' no Europa.28.

“O único antídoto contra os conflitos de interesses é a transparência”

Debate A regulação traz transparência e a transparência limita o tráfico de influências. Mas há outras vantagens na regulamentação do 'lobby'.

Catarina Duarte

catarina.duarte@economico.pt

António Correia de Campos já viveu as duas realidades do 'lobby'. Enquanto ministro da Saúde, conviveu com os grupos de interesse sem qualquer tipo de regulação. “Senti perfeitamente o 'lobby' nas funções governativas. Houve substituições que não recebia antes da lei estar aprovada, aconteceu nomeadamente com as tabaqueiras. O que não significava que não chegasse ao Parlamento e não me deparasse com as pressões até do meu grupo parlamentar defendendo pontos de vista sectoriais”, contou Correia de Campos no programa do ETV, Europa.28, sobre o 'lobby'.

Quando chegou a Bruxelas para ocupar o cargo de eurodeputado, durante a legislatura anterior, a realidade era outra. “A diferença está na transparência e na aprendizagem. Mesmo que desse um desconto aos interesses que ele [lobista] representava, eu aprendia”, recorda Correia de Campos. “Em Portugal temos uma cul-

tura de pouca transparência de muitos conflitos de interesses. O único antídoto é a transparência”, acrescenta.

“A regulação, não sendo suficiente para combater situações de tráfico de influências, que são mais graves e que existirão sempre, aumenta transparência do sistema político”, diz Luís Sousa, presidente da associação cívica Transparência e Integridade. “O Registo [de Transparência] por si já obriga a que os profissionais de 'lobby' forneçam informação sobre os contactos efectuados, para que efeito e se de facto beneficiaram de alguma coisa”, explica. O especialista em fenómenos de corrupção alerta, contudo, que há ainda um longo caminho a percorrer: “Tem-se legislado muito freneticamente em cima do acontecimento e em ano eleitoral. Estes pacotes de transparência normalmente surgem numa fase final das legislaturas e de-

pois dá neste tipo de medidas simbólicas: tem-se um sistema que gera expectativas, mas que funciona”.

Joaquim Martins Lampreia, lobista e consultor em Bruxelas, acrescenta um ponto à discussão - a pegada legislativa. “Sempre que está ser discutida ou é aprovada uma lei, deve dar-se a conhecer quem são os intervenientes nessa lei, para além dos deputados e dos governantes, e quem é que influenciou”. Luís Sousa concorda: “O cidadão tem de saber como é que legislação que afecta o seu dia-a-dia é feita e quais foram os grupos de interesse que a influenciaram”.

Outro factor importante da regulação é a igualdade de acesso aos decisores. “Num regime democrático todos procuram influenciar as decisões de forma que não colidam com os seus interesses e uns têm mais poder que outros. O que se deve evitar é que isso se torne num jogo de exclusividade, de acesso selectivo aos decisores, que muitas vezes força os pequenos 'players' a procurar outras vias para exercer influência, defende Luís Sousa. ■

Advogados e agências de comunicação lideram no 'lobby'

Banca, construção civil e energia são as três áreas que mais 'lobby' fazem em Portugal.

Inês David Bastos

ines.bastos@economico.pt

“Os lobistas profissionais [em Portugal] não são numerosos e grande parte da actividade é praticada por sociedades de advogados e agências de comunicação”. É desta forma que o mais recente estudo sobre 'lobby' em Portugal identifica os principais lobistas portugueses, que fazem pressão em nome de interesses mesmo sem a actividade estar regulada.

Aliás, no estudo levado a cabo pela Associação Cívica Transparência e Integridade e pelo Instituto de Ciências Sociais - intitulado “Lóbi em Portugal: o mercado de influências em Portugal” - é dito claramente que há muitos anos se faz 'lobby' em Portugal, mesmo sem regulação. Faz-se nos bastidores do Parlamento, nos corredores dos gabinetes ministeriais, em almoços e jantares de trabalho, em contactos informais, isto é, através da famosa 'cunha'. Um procedimento que, segundo os especialistas, tem empurrado a actividade do 'lobby' para a “obscuridade” e fomentado as práticas ilícitas e a corrupção. Daí que defendam que uma das vantagens da regulação seja precisamente o impacto que terá na redução dos fenómenos de corrupção.

“A maioria das tentativas de influenciar os processos legislativos e as tomadas de decisão é levada a cabo através de redes de influência interna, contactos informais e apoio pago aos principais escritórios de advocacia do país”, lê-se no relatório, onde os peritos que efectuaram o estudo (sobretudo através de entrevistas) admitem o forte peso que os advogados de grandes sociedades têm actualmente no Parlamento dado que podem acumular as duas funções. “Tal leva a uma situação altamente perniciosa, onde os escritórios de advocacia, consultoras e grandes grupos económicos acabam por ser representados no Parlamento através de deputados que são também seus trabalhadores”, avisam.

Na actual legislatura, diz o estudo, 117 dos 230 deputados optaram por este regime de acumulação, que lhes permite manterem a actividade profissional pública e privada e representar indirectamente interesses no Parlamento.

Depois, surgem as agências de comunicação. Aliás, uma das tentativas de começar a regular o 'lobby' em Portugal deu-se pela mão de duas agências que, em 2007, pediram ao então presidente do Parlamento uma acreditação permanente, para terem acesso directo aos deputados, como têm os jornalistas. A pretensão foi recusada. No estudo, os partidos do arco da governação são também classificados como “centros de redes de influência”. O caso do ex-ministro Miguel Relvas, citado como “lobista profissional” ou “facilitador de negócios”, é dado como exemplo.

Os peritos chegaram à conclusão que a banca, a energia e a construção civil são três fortes 'lobbys' em Portugal. “O sector bancário é um dos que mais empregos cria para membros do Governo: 230 indivíduos ocuparam já 382 cargos diferentes em instituições financeiras, antes e depois das suas funções governativas, diz o estudo. Mais: dos últimos 19 ministros das Finanças, 14 trabalharam na banca.

O estudo termina com recomendações: obrigar à exclusividade dos deputados; criar um regime de registo de empresas que fazem 'lobby' e um conduta de conduta; tornar pública agenda dos decisores políticos e criar uma “pegada legislativa” - isto é, todo o percurso que a lei fez. ■

DEPUTADOS/ADVOGADOS

117

Advogados que, entre 230 decidiram acumular a sua função de deputados com a de caudilco.

O PESO DA BANCA

14

Número de ex-ministros das Finanças, em 19, que passaram pela banca antes do cargo público.



Pode rever este Europa.28 em <http://videos.sapo.pt/T2GTLViu2qyoGfkgdu6z> e <http://videos.sapo.pt/4mPzHQ4SHNtSyChqTz>



ID: 59770274

18-06-2015

Governo avança com lei do lobby mas deixa de fora os deputados

Decreto-lei está pronto e exige o registo dos lobistas e a identificação dos interesses que representam, sob pena de sanções. Documento regula relações dos grupos de pressão com o Governo e as entidades públicas mas não se aplica ao Parlamento. ➤